

Edger Sabino de Moura

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

Maria Larice da Silva Souza

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

Tamara Virginia Marcello de Andrade

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

Rose Cristina da Silva Sobral

Mestre em Desenvolvimento Local – UNISUAM

Pedagoga; Professora do Curso de Pedagogia – UNISUAM.

RESUMO

Este estudo objetivou compreender quais são as contribuições dos projetos sociais na educação básica partindo dos pressupostos teóricos da pedagogia social. Observando que os projetos sociais preenchem lacunas importantes, que não são alcançadas pelas escolas, o presente artigo tem o propósito de responder a questionamentos sobre a melhoria na qualidade da educação básica alcançada pelo apoio fundamental dos projetos sociais educacionais. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados uma abordagem qualitativa dos artigos científicos, feita pela análise de fontes bibliográficas consultadas para encontrar os conceitos, princípios, relações e significados do tema gerador da pesquisa. Assim, pelo conteúdo levantado no referencial teórico, identificando a abrangência da pedagogia social, discutindo a importância dos projetos sociais na educação básica, analisando as experiências e conquistas na educação oriundas de projetos sociais e conhecendo o papel do pedagogo em ambientes não escolares. A partir desses resultados, podemos concluir que, por meio de parcerias entre OSC's e escolas promove-se um maior envolvimento da sociedade civil em busca de uma melhoria na educação básica brasileira formal, com o objetivo de proporcionar uma formação integral de qualidade aos alunos, valorizar e contribuir para as políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: educação básica; pedagogia social; educação não formal.

INTRODUÇÃO

Os projetos sociais, principalmente os educacionais, ganham cada vez mais importância, pois preenchem lacunas deixadas pelo poder público. Por meio de suas ações alcançam a população vulnerável e contribuem amenizando problemas sociais.

De acordo com Paulo Freire (2000, p. 67), “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. A educação é vista como agente transformador, e as escolas têm a importante função de auxiliar e direcionar os alunos nessa caminhada. No entanto, tal função não é executada de maneira precisa, necessitando de parcerias como as que são realizadas com projetos sociais educacionais, que vêm ao encontro do que não é fornecido na escola, reforçando seu compromisso social em busca de uma educação de qualidade e libertária.

A educação é um direito de todos, não é útil apenas para os indivíduos, mas também para o desenvolvimento de um país e toda a sociedade. Além disso, por meio da educação também é garantido o gozo de outros direitos humanos, como a igualdade e o fortalecimento da democracia.

Os impactos sociais causados por um projeto socioeducacional podem ser vistos por toda sociedade, contribuindo de forma significativa para a diminuição da evasão escolar, aumento da qualidade do ensino e a participação efetiva da família e comunidade na escola. Além dessas possibilidades também podemos citar a ampliação da visão de mundo dessas crianças, pois elas acabam tendo suas vivências ampliadas além dos muros da escola, fazendo com que elevem seu pensamento crítico e passem a questionar, analisar, discutir e refletir de forma racional e inteligente, utilizando a educação como forma de transformação social.

Este trabalho tem como propósito responder a seguinte questão: Quais as contribuições que os projetos sociais propiciam para a qualidade da educação, nosso principal objetivo é analisar as contribuições que os projetos sociais proporcionam para a qualidade da educação básica com base nos pressupostos teóricos da pedagogia social.

O presente projeto tem engajamento com a linha de pesquisa “Produção de novos saberes: contextos educacionais, história, currículo, metodologias e práticas pedagógicas: educação nos espaços não escolares”.

Desse modo, o desenvolvimento do trabalho será dividido em quatro momentos. No primeiro, identificar a abrangência da pedagogia social, discutindo a importância dos projetos sociais na educação básica. Em segundo, analisar as experiências e conquistas na educação básica oriundas de projetos sociais. Em terceiro, reconhecer o papel do pedagogo em ambientes não escolares nos projetos sociais.

A ABRANGÊNCIA DA PEDAGOGIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS

A pedagogia social surgiu por volta de 1900, na Alemanha, como Karl Mager e Adolph Diesterweg. Porém, no século XX muitas outras teorias sobre pedagogia social surgiram naquele país, e a princípio tentou-se desenvolver uma estratégia de educação para os “Filhos da Guerra”. Já no Brasil, manifestou-se no início do século XX, por estar vinculada à terminologia da educação popular (RIBAS MACHADO, 2010, p.94).

A pedagogia social e a educação popular estão vinculadas em um contexto em que grande parte da população brasileira não tinha acesso à escola e não sabia ler e escrever, na Primeira República. A pedagogia social, então, surge no Brasil como forma de assistencialismo das políticas públicas, a partir das quais a sociedade civil começa a entrar nos debates realizados, mesmo que restritamente, assumindo responsabilidades nos projetos sociais, tendo como representante nacional o pensador Paulo Freire, pioneiro na educação para adultos na década de 60, já visando a transformação social; segundo Freire:

A educação autêntica, repetamos, não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visão impregnada de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirão conteúdo programático da educação (FREIRE, 1981, p.98).

Quando se trata de educação e exclusão social, a primeira coisa que devemos estar atentos é ao sistema escolar. No entanto, existem várias formas de educação que são igualmente importantes e influentes fora da escola. Em muitos casos, as populações socialmente excluídas, especialmente crianças, adolescentes e jovens, encontraram nas organizações sociais e em outros ambientes informais o apoio necessário para superar sua situação. São ONGs, OSCs, movimentos sociais, coletivos e redes solidárias que possuem experiências relacionadas à educação, esporte, trabalho, lazer e cultura em inúmeros lugares, por meio dos mais diversos métodos, projetos e ações.

A educação envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais e a escola é parte essencial do processo, mas está além do escopo. Refere-se à “educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida” (MACHADO, 2009, p. 133).

A escola é indispensável, mas está longe de ser suficiente, ou seja, não pode lutar sozinha contra as mazelas educacionais. Gohn (2006) enfatiza a importância da educação não formal, pois está “voltada para o ser humano como um todo”. Contudo, afirma que aquela não substitui a educação formal, mas poderá complementá-la.

A pedagogia social, originada na Europa, reflete no estilo e na resposta à Constituição brasileira (CF, Art. 205) “da educação como direito de todos e dever do Estado e da família”. Este importante campo fora do sistema escolar “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, Art. 1).

A pedagogia social no Brasil é considerada uma ciência da educação, ciência está muito sensível às dimensões da interação social humana, ou seja, dá atenção especial à educação social dos indivíduos vulneráveis. Uma educação que não existe nas instituições de ensino formais, “ações educativas escolares seriam formais e aquelas realizadas fora da escola não formais e informais” (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009, p.133). Iniciativa essa que vem ajudando a estabelecer relações com pessoas em situação difícil que carecem de atenção às necessidades básicas.

(...) os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. (BRASIL,2005, p.5)

Algumas características básicas dessas atividades e/ou instituições socioeducativas é que elas exercem atividades de cuidado e ajuda que se situam tanto no âmbito da assistência social como da educação social. E por isso são chamadas de atividades ou instituições socioeducativas; que respondem a necessidades específicas de determinados setores da sociedade. Essas atividades tendem a ocorrer muito mais fora que dentro dos ambientes escolares e formais, visto que procuram suprir as deficiências da escola; mas podem coincidir também com os espaços escolares na medida em que a realidade brasileira impôs que a escola assumisse gradativamente funções sociais em detrimento de funções didático-pedagógicas.

O capítulo a seguir abordará mais a fundo a contribuição e relevância dos projetos sociais na educação básica.

CONTRIBUIÇÃO E RELEVÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste tópico apresentaremos como podemos inserir os projetos sociais na educação básica de forma a valorizar todas as suas contribuições.

Os mais diferentes interlocutores do campo político e econômico veem a educação como possibilidade de mudança do país. Então, tornam a escola foco central de constantes discussões. O processo avaliativo em todos os níveis de ensino não mostra grandes mudanças correspondentes na qualidade da oferta, e expõe as fragilidades e necessidades do sistema nacional de educação, que assume muitas demandas desnecessárias.

Fora do ambiente escolar, estão presentes necessidades socioeducativas que atingem diversas faixas etárias e que estão relacionadas à cultura, ao lazer, ao suprimento de necessidades básicas, ao atendimento a populações de risco, ao trabalho, à formação continuada, à sustentabilidade, aos direitos humanos, dentre tantas outras. Sob o olhar da totalidade da educação, as políticas públicas, por serem focadas e fragmentárias, têm sido insuficientes para atender às demandas da

sociedade. Como aponta Gohn (2009), é na ausência de políticas definidoras que vão se construindo formas de atendimento às necessidades da população por novos sujeitos sociopolíticos e culturais, muitos deles institucionais, como as fundações e entidades do Terceiro Setor.

A Pedagogia Social através de suas metodologias consegue transformar espaços de educação não intencional (ou não declaradamente intencional) em espaço de educação intencional. Através de parcerias com escolas municipais promovendo maior envolvimento da sociedade civil em busca de uma melhoria na educação básica brasileira, com o objetivo de proporcionar uma formação integral de qualidade aos alunos, valorizar e contribuir para as políticas públicas educacionais. (BECCEGATO, 2001, p.13)

Salientando, as práticas da educação não intencional se desenvolvem frequentemente nos extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos e deveres humanos, na cidadania, nas práticas indenitárias, lutando assim contra as desigualdades e exclusões sociais, sempre visando aos campos das artes, educação e cultura dentro dos programas de inclusão e interação social nas OSCs. Sendo assim, a educação não intencional não é vista como educação, mas desempenha um processo dimensional no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos indivíduos de forma a valorizar, trazendo contribuições significativas por meio dos diversos projetos sociais.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2).

Todavia, a educação não formal está extremamente associada à ideia de cultura, podendo caracterizar todos os espaços não escolares, que promovem ações educativas, em espaço não formal de educação, de tal modo a distanciar, conhecer e aproximar os modelos de educação formal e não formal. Deste modo, a educação não formal, além disso, é um campo em construção, que vem sendo desenvolvida cada vez mais nas OSCs e em diversas outras instituições, constituindo embora espaços insuficientes no mercado de trabalho com grandes carências de profissionais da área da Educação.

Define-se, então, educação não formal como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos

da população”(La Belle *apud* Gadotti, 2005, p. 2).Assim, podemos definir a educação não formal como uma carência, em comparação com a escola, adotando então a educação formal como único padrão, como se a educação formal escolar também não pudesse aceitar a informalidade, ou seja, o “extraescolar”. Sendo a educação uma prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano e de suas potencialidades, competências e habilidades, ela não se limita apenas às escolas.

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação (FREIRE, 1997, p. 50).

Mesmo com a desconfiança a educação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo, como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver. Traz benefícios para a educação formal e sociedade em geral, pois por meio de sua prática, abordando temas transversais, ela contribui de forma significativa para a diminuição da evasão escolar, aumento da qualidade do ensino e a participação efetiva da família e comunidade na escola.

Para finalizar, é imprescindível destacar que educação não formal não deve ser vista em conjectura alguma como determinado tipo de sugestão ou opção à educação formal, educacional, sem ser definida pelo que não consistir em ser, mas sim pelo que de fato é, ou seja, o espaço real de desenvolvimento da aprendizagem de conhecimentos e saberes significativos para o decorrer da vida. Ela envolve aprendizagens tanto de ordem subjetivo-relativa ao nível emocional e cognitivo das pessoas, assim como projetos de aprendizagens de habilidades corporais, técnicas, manuais, entre outras, que os habilitam para desenvolvê-lo de forma criativa, construindo, valorizando e dando resultado, assim, em um bom trabalho realizado na educação básica.

Feita essa breve consideração sobre como inserir projetos sociais na educação básica de forma a valorizar as suas contribuições, aprofundaremos a seguir abordagens de profissionais atuantes como educadores sociais.

O PAPEL DO PEDAGOGO SOCIAL

É o pedagogo quem media e facilita a aprendizagem, independentemente do ambiente em que está inserido. Fora da sala de aula, em espaços conhecidos como não escolares, seu papel também é de grande importância, pois ele passa a ser mediador e articulador da aprendizagem visando ao comportamento humano.

Há um grande destaque nos cursos de formação de professores em torno da atuação do pedagogo restrita ao ambiente escolar, esquecendo que a formação prepara o profissional para atuar em diversos campos, como por exemplo, em cargos de consultoria, coordenação educacional, projetos de ONGs, OSCs, órgãos públicos e secretarias de ensino, museus, brinquedotecas, hospitais, empresas, no sistema prisional, dentre outros, sendo pouco explorados os seus vários campos de atuação.

Em torno dessas questões, temos alunos de pedagogia que se preocupam com sua trajetória de formação inicial, onde atuarão após a graduação, ou se estão destinados a atuarem exclusivamente na sala de aula, e não percebem o potencial da pedagogia social.

A pedagogia social é uma ciência pedagógica, de carácter teórico-prático, que se refere à socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspectiva normalizada como de situações especiais (inadaptação social), assim como aos aspectos educativos do trabalho social. Implica o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação normalizada como em situação de conflito ou necessidade (DÍAZ, 2006, p.92).

O pedagogo social, junto ao terceiro setor, exerce suas atividades em espaços não escolares, o que implica: pensar nas políticas educacionais no Brasil, na responsabilidade de um comprometimento com a qualidade social voltada para a cidadania e para a inclusão. Busca a compreensão de sua capacidade profissional e o desenvolvimento de competências, aumentando suas áreas de atuação, sendo capaz de integrar a dimensão teórica a uma preocupação com a prática cotidiana do fazer institucional, bem como garantir a articulação entre as abordagens da gestão do trabalho administrativo, pedagógico e comunitário.

Há pouco tempo, deparava-se com a ideia do que o pedagogo só educaria em instituições escolares, mas esse profissional tem a possibilidade e capacidade de inserir-se em âmbito não escolar com muita competência e eficácia, já que é possível exercer essa função, compatível com sua formação. Tendo como base uma economia inovadora, na qual os cenários são de competição e qualidade, a educação torna-se a chave para o desenvolvimento da sociedade em seus desafios e suas adversidades. Assim, o pedagogo entra nesse contexto social, percebendo a sua atuação em diferentes espaços, como ONGs, OSCs, hospitais, organizações privadas, clubes entre outros. (ALVES; ZUSE, 2004).

O profissional pedagogo junto às ONGs desenvolve e elabora projetos educativos, planeja ações da instituição, presta suporte pedagógico, busca parcerias, coloca em prática as ações, presta contas por meio de relatórios, entre outras atividades. Seu trabalho está direcionado a oportunizar novas experiências educativas a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, auxiliando no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, viabilizando a descoberta de novas potencialidades e fortalecendo a autoestima dos sujeitos.

METODOLOGIA DO ESTUDO

O método utilizado neste estudo visa estabelecer uma abordagem qualitativa dos artigos científicos. Essa abordagem foi feita por meio de análise e coleta de dados nas fontes bibliográficas consultadas para encontrar os conceitos, princípios, relações e significados do tema gerador da pesquisa, sendo este: Pedagogia social- As contribuições dos projetos sociais na educação básica.

Descrivendo as características do objeto pesquisado, revelando com precisão fatos e fenômenos, e estabelecendo a natureza da relação entre as variáveis delimitadas no tema, foram selecionados alguns artigos, como: “O papel do pedagogo social e sua contribuição na superação de exclusões sociais”, de Ruth Santos, de 2019; e “Gestão pedagógica e práticas educativas em espaços não formais de educação: um estudo no centro de promoção da infância e juventude”, de Jessica Kijak, de 2017. Com base nesta pesquisa, é possível analisar, avaliar e refletir a relevância das práticas educativas informais no contexto da pedagogia social e no fazer docente do educador social, ressaltando a importância dos projetos sociais junto à educação básica.

Por fim, como básica estratégica, do tipo bibliográfica, que foi realizada tendo como fonte artigos e outros textos de caráter científico já publicados, uma vez que surgiu do interesse por ampliar os conhecimentos e vivências sobre a importância dos projetos sociais na educação básica, partindo dos marcos teóricos da pedagogia social, e sua proposta é abrir a possibilidade para novas investigações nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar, mediante o objeto central do referido artigo, a diversidade de áreas de atuação do pedagogo e suas contribuições em espaços não escolares; conclui-se que, operando no campo social, o profissional agrega de maneira efetiva e substancial em resultados finais positivos que impactam na educação básica, visto que suas competências e habilidades são vitais para organizações e iniciativas não formais, salientando também que seu campo de atuação, ao contrário do que o grande público tem por conhecimento, não é só em espaços escolares, como também empresas privadas, hospitais e OSCs.

É relevante colocar que o trabalho desenvolvido nas OSCs, relacionado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é de suma importância para a sociedade, pois busca distanciá-los da criminalidade e dar subsídios para o desenvolvimento de habilidades e progresso em alguma dificuldade na aprendizagem.

Sobre as dificuldades de atuação na área abordada por este objeto de estudo, chega-se à conclusão de que, para obtenção de resultados satisfatórios neste complexo campo de missão, onde predomina um público com altos níveis de vulnerabilidade social. E com isso uma grande

porcentagem de desfavorecimento na área educacional, há que se ter por parte do profissional atuante um arsenal específico de vivências e capacidades que atendam com eficácia essa demanda tão carente e exigente de um olhar mais humano e qualificador de indivíduos, que é o Pedagogo.

Por fim, com todos os resultados que impactam com grande relevância na sociedade sobre a atuação deste profissional no campo social, percebe-se também a urgência de uma quebra de paradigma sobre a sua atuação fora do espaço escolar formal, e para tanto este artigo serve também como instrumento pedagógico de instrução do grande público, bem como objeto concreto de motivação e encorajamento para que profissionais de pedagogia expandam seus horizontes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francielle; ZUSE, Adelia Juracy. **O pedagogo nas organizações: seus saberes e fazeres**. *Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas*, v. 5, n. 1, p. 93-108, 2004.

BECCEGATO, Luísa Santelli. **Pedagogia social e**. Brescia: La Scuola, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 27 de nov. de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação: Brasília, Distrito Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 25 de nov. de 2020.

DÍAZ, Andrés Soriano. **Uma aproximação à pedagogia-educação social**. *Revista Lusófona de Educação*, v. 7, n. 7, 2006.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Ana Maria Araújo Freire (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

INSTITUTO MUSIVA. Disponível em: <<https://www.institutomusiva.org.br/>> Acesso em: 27 de nov. de 2020.

KIJAK, Jéssica Rodrigues Gomes. **Gestão pedagógica e práticas educativas em espaços não formais de educação: um estudo no Centro de Promoção da Infância e da Juventude**. Unisinos, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6875>. Acesso em: 14, Set, 2021.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários**. In: SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (Orgs.) **Pedagogia Social**. 4. Ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO, 2020, v. 1, p. 133.

MACHADO, Érico Ribas. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira. 2010**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de Biologia: Histórias e Práticas em Diferentes Espaços Educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Maria Clara Arraes Peixoto; OLIVEIRA, Maria Luiza Bezerra. Sororidade na praça: educação, movimento sociais e direitos Fundamentais no piquenique feminista. Revista Juris Uni Toledo, v. 4, n.02, 2019.

SANTOS, Ruth Tacyelle. **O Papel do pedagogo social e sua contribuição na superação de exclusões sociais**. Doity, 2020. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/ixepeal/trabalho/12522>. Acesso em 18, out, 2021.

SILVA, Roberto da *et al.* (orgs). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo: Expressão e arte (volume dois), 2011.